



Vitória, 29 de outubro de 2020

Ao Magnífico Reitor e Presidente do Conselho Universitário
Professor Paulo Sérgio de Paula Vargas

Assunto: Solicitação de sessão pública

Senhor Reitor,

Em mais um ataque do governo aos servidores e serviços públicos, Bolsonaro / Guedes apresentaram ao Congresso Nacional proposta de Reforma Administrativa - PEC 32/2020, que prevê o desmonte do serviço público e a desconfiguração das relações de trabalho na administração pública que destruirá o estado social de direito brasileiro como indutor de políticas públicas, em especial à população em situação de vulnerabilidade.

Além disso, a proposta de cortes no orçamento no setor público para o próximo ano faz parte do desmonte e colocará em colapso o funcionamento de diversas áreas. A proposta de cortes na educação é de 4,2 bilhões e na saúde 127,75 bilhões. Estes valores estão no Projeto de Lei Orçamentária Anual 2021 feito pelo Ministério da Economia, que será analisado no Congresso Nacional. Se o corte for confirmado, poderá acarretar a suspensão de aulas em 29 institutos federais. De acordo com o Ministro da Educação, a paralisação das atividades nesses locais atingiria cerca de 175 mil estudantes.

O governo federal, para justificar tais medidas, alega que com a pandemia houve um aumento das despesas e diminuição de recursos públicos disponíveis no Orçamento da União, o que é no mínimo contraditório, pois o próprio representante do governo, o Secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal Wagner Lenhart, ao apresentar a Instrução Normativa 65 - que estabelece orientações para a adoção do regime de teletrabalho - ressaltou o quanto o governo tem economizado com este modelo durante os últimos meses. Só em diárias e passagens foram economizados R\$ 270 milhões entre abril e junho. Com o deslocamento terrestre, por meio do TáxiGov, a redução de gastos foi de R\$ 743,5 mil, se comparado ao mesmo período de 2019. Houve economia também de R\$ 93 milhões entre março e maio de 2020, com a redução das despesas com adicional de insalubridade, de irradiação ionizante, periculosidade, serviço extraordinário, adicional noturno e auxílio transporte. Não resta dúvidas que o projeto de governo defendido por Bolsonaro é o Estado Mínimo e destruição de recursos naturais, cujas consequências e impactos futuros são imensos.



Além disso, em 22 de outubro foram publicadas duas portarias (nº 433 e nº 434), que tratam do planejamento da expansão da Educação à Distância nas universidades federais, modalidade que precariza a educação, tanto no que se refere à qualidade do ensino, quanto em relação às condições de trabalho docente. Essas portarias, não por acaso, instituem grupos de trabalho em meio à pandemia do novo coronavírus, em que se ampliou a oferta do ensino de forma remota e, aproveitando-se de circunstâncias chamadas “especiais”, “emergenciais” ou “excepcionais”, agora se busca a normatização e ampliação da experiência excludente que tem vivido as instituições de ensino.

Estamos diante de um cenário de desmonte do Estado brasileiro sem precedentes e a conjuntura nos exige reagir imediatamente. É nosso dever denunciar os ataques do governo Bolsonaro e organizar a luta em defesa da educação pública, gratuita, democrática e socialmente referenciada bem como defender uma sociedade igualitária e inclusiva.

Nesse sentido, cabe às universidades se posicionarem com firmeza em defesa do povo para o qual trabalha, promovendo discussões, apresentando análises, indicando as inconsistências e perversidade das propostas que desfiguram a natureza do Estado brasileiro.

Pelo exposto, as entidades representativas solicitam:

1. Que seja reativado o Comitê em Defesa da Ufes;
2. Que a Ufes realize sessão pública do Conselho Universitário para se manifestar contra a proposta de reforma administrativa - PEC-32/2020 e Proposta de corte orçamentário da educação para 2021 - PLOA/2021;
3. Que o Conselho Universitário se manifeste sobre as Portarias nº 433 e nº 434, ambas de 22/10/2020, que prevê a ampliação da oferta dos cursos de nível superior, na modalidade de Educação à Distância - EaD, nas universidades federais;
4. Que a Ufes encaminhe ofício à Andifes solicitando manifestação sobre os referidos pontos;
5. Que se garanta às entidades representativas dos segmentos docente, técnico-administrativos em educação e discentes, a



participação nas discussões imprescindíveis para a educação e para a sociedade, este momento.

Nossas cordiais saudações,

Associação dos Docentes da Ufes (Adufes)
Diretório Central dos Estudantes da Ufes (DCE)
Sindicato dos Trabalhadores na Ufes (Sintufes)